

Cadernos cuiabanos 1

O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana

Carlos Rosa⁸⁹

Prefeitura Municipal de Cuiabá/Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura e Turismo, 1976

Luiza Volpato⁹⁰

O texto em análise foi publicado dentre as comemorações oficiais da Prefeitura Municipal de Cuiabá durante a Semana da Pátria, em 1976. É composto por cinquenta e sete páginas e dividido em duas partes, sendo uma delas – O contexto – composta por quatro capítulos e a seguinte – O processo por cinco capítulos. Conta com Introdução e Conclusões.

Apoiado na produção dos membros do Instituto Histórico e Geográfico e Mato Grosso, o autor Carlos Rosa busca analisar as questões regionais que dominaram o processo de Independência do Brasil em Mato Grosso. Sua ênfase central privilegia a disputa entre as vilas (e posteriormente cidades) de Cuiabá e Vila Bela. Ao seguir essa trajetória o autor acompanha as discussões e linhas de reflexão presentes nos estudos desenvolvidos pelos membros da instituição citada.

Além da pesquisa bibliográfica o autor valeu-se de fontes primárias, compostas de documentos e também publicações contemporâneas aos acontecimentos analisados.

89 CARLOS ALBERTO ROSA era diretor do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cuiabá e responsável por sua estruturação.

90 LUIZA RIOS RICCI VOLPATO é historiadora, mestre e doutora em História USP; Psicóloga UNIC; professora aposentada UFMT; membro do IHGMT; autora dos livros Entradas e bandeira (Global editores); A conquista da terra no universo da pobreza (HUCITEC); Cativos do sertão (EDUFMT, Marco Zero); Máscaras (Entrelinhas).

A apresentação informa que este é o primeiro número dos Cadernos Cuiabanos e que tem por objetivo [...] *mostrar o envolvimento da comunidade cuiabana no processo e Independência em Mato Grosso, bem como no da sua afirmação no contexto estadual. E finaliza insistindo na [...] preocupação precípua, qual seja, a de promover, por meios adequados e ao seu alcance, a preservação e o enriquecimento do nosso 'Processo Cultural'* (Ibidem, p. 3).

O item *Á guisa de apresentação* é de autoria do Secretário Municipal de Educação e Cultura, mas não consta seu nome.

Na Introdução do trabalho, presente à página 7 o autor esclarece que no processo de Independência em Mato Grosso [...] *a região cuiabana e em especial Cuiabá emergem com típicas posturas hegemônicas.*

O desenvolvimento do estudo analisa inicialmente as situações históricas do Brasil e regional na primeira parte do texto designado *Os contextos.*

Esta, como já foi dito, se subdivide nos capítulos – *O Brasil; A capitania; O Centro e o Oeste; Cuiabá.*

Valendo-se de estudos de Raimundo Faoro e Celso Furtado o autor discute a situação econômica do Brasil do final do século XVIII até a transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e suas repercussões (p. 11 -12). Em seguida analisa as condições da Capitania de Mato Grosso enfatizando os aspectos econômicos e demográficos (p. 13 e ss.).

No capítulo a seguir – *O Centro e o Oeste* – o autor avança em sua discussão sobre a Capitania, a distribuição de sua população e de sua produção econômica (p. 17 e ss.).

No capítulo seguinte, autor se dedica a apresentar a vila de Cuiabá e região. Destaca as instituições que a vila abrigava, suas igrejas, ruas e largos. E analisa também a composição de sua população em sua estratificação socioeconômica e étnica (p. 21 e ss.).

Concluída essa etapa inicial no qual são apresentados os cenários e os personagens o autor passa ao objeto de análise – *O Processo* – a partir da página 27.

Esta parte também é dividida nos capítulos – *O último capitão general* (p. 29 e ss.); *As Juntas Governativas* (p. 32 e ss.); *O confronto* (p. 35 e ss.); *O caso D'Alincourt* (p. 39 e ss.); *As Dificuldades* (p. 44 e ss.).

Por fim, à página 49, o autor apresenta sua conclusão do trabalho.

O texto de Carlos Rosa é rico em informações e traz à tona documentos e fontes valiosos para se compreender como o processo de Independência do Brasil se materializou em uma região interiorana e ao mesmo tempo fronteiriça. Destaca especialmente as questões próprias da Capitania, mas sem aprofundar a discussão de suas conexões com aspectos mais amplos e como se inseriam nas disputas que se davam na Colônia, posteriormente Reino Unido.

Desde a descoberta das minas auríferas no interior do Brasil, estimular a sua exploração e conter o seu contrabando se tornou preocupação preponderante da colonização portuguesa. Tanto assim, que em 1763 a capital é transferida de Salvador, na região Nordeste, onde se situavam as fazendas produtoras de cana de açúcar, para o Rio de Janeiro, porto de escoamento do ouro.

A partir de então fica estabelecida uma rivalidade entre o Norte e Nordeste e o Centro Sul da Colônia. Com a transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, a cidade se tornou polo consumidor de gênero de abastecimento, de produtos importados e também de serviços de profissionais especializados como médicos, engenheiros e advogados, abrigando, além disso, amplo contingente de funcionários responsáveis pelo funcionamento das instituições que compunham a Corte. Com isso, o Rio de Janeiro passou a contar com uma elite composta por latifundiários (senhores de terras e escravos), membros do comércio importador e exportador e de uma classe média urbana. Todos buscavam espaços de poder, tanto se aproximando do círculo ligado à família real, como se enraizando pelo interior do Brasil, mantendo laços de interesse com as oligarquias regionais.

Cuiabá sempre foi ligada ao grupo de poder sediado no Centro Sul e Vila Bela, que chegou a fazer parte da área de atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão através da navegação das monções do Norte, vinculava-se ao grupo do Norte/Nordeste.

As contendas entre Vila Bela e Cuiabá, no período em questão, exemplificam como se manifestavam ao nível regional uma disputa mais ampla entre os grupos de poder sediados no Norte/Nordeste e Centro

Sul. Os confrontos entre esses grupos se recrudesceram logo após a proclamação da Independência, sendo o Norte fiel ao poder de Lisboa em oposição ao do Rio de Janeiro.

O autor evidencia como as instituições próprias do império colonial português vão sendo paulatinamente transferidas de Vila Bela para Cuiabá. Avalia, porém, essas medidas como resultantes de iniciativas próprias dos capitães gerais, em especial os dois últimos (João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg e Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho) sem levar em conta, que apesar da autonomia que lhes era própria, seguiam orientações e projetos políticos desenvolvidos no governo central.

Em seu texto, Carlos Rosa segue uma linha de interpretação que analisava os fatos que ocorriam em Mato Grosso enfatizando as questões regionais. Discute a formação de juntas governativas em Cuiabá e Vila Bela e as disputas entre elas, cada uma baseada em argumentos próprios reivindicando o direito sobre o governo da capitania como um todo.

Por fim, cabe ainda destacar o momento em que este trabalho foi escrito e publicado. O título – **O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana** – define dois objetos de análise. Ao logo do estudo são enfatizadas as condições de Cuiabá, sempre mais favoráveis do que as de Vila Bela, mais salubre, mais populosa mais produtiva e enfim mais adequada a se tornar o polo hegemônico da Província.

Fica difícil não fazer uma conexão entre a disputa do passado e a vivida por Cuiabá em 1976.

O texto analisa como Cuiabá havia vencido a disputa com Vila Bela da Santíssima Trindade, erigida em 1752, como polo avançado da fronteira, com objetivos geopolíticos. Razão que se torna menos preponderante, durante o século XIX (p 18 e ss)

Outra disputa foi vivida, quando, no início do século XX, forças políticas sediadas no sul do estado reivindicavam que a capital fosse transferida para Campo Grande, considerada por muitos como mais dinâmica e mais próxima da capital federal.

Com a reforma de Cuiabá efetivada pelo governo Vargas quando Júlio Müller era interventor do estado, e os investimentos federais destinados à cidade, ficou claro que não era essa a intenção do Estado Novo.

Nos três momentos apontados, o poder central havia privilegiado Cuiabá.

Em meados da década de 1970 era ampla uma nova discussão, não mais visando tirar a capital de Cuiabá, e sim analisando a viabilidade da divisão de Mato Grosso. Esse debate estava presente entre as forças políticas em Brasília e nos diversos polos do estado. Manifestações contra e a favor tomavam conta dos vários círculos de discussão. E finalmente em 11 de outubro de 1977, foi sancionada a Lei Complementar número 31 que contemplava a divisão do estado de Mato Grosso com a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

O presente texto, portanto, foi elaborado quando essas discussões movimentavam os ambientes políticos e econômicos de Mato Grosso. E transpareciam também nos debates intelectuais e acadêmicos.